

ALVARÁ JUDICIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE

PROCESSO Nº: _____

REQUERENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

REQUERIDO/INTERESSADO: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

I - DOS FATOS

O Requerente ingressou com a presente ação judicial, visando a obtenção do presente Alvará Judicial, conforme os termos e fundamentos a seguir expostos.

II - DO DIREITO

O Alvará Judicial é instrumento jurídico que autoriza a prática de ato específico, conforme disposto nos artigos 725 e seguintes do Código de Processo Civil, e demais legislações aplicáveis.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. A expedição do ALVARÁ JUDICIAL para autorizar o(s) ato(s) abaixo relacionados:

2. A intimação das partes interessadas para ciência;

3. A concessão de todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento deste Alvará;

4. Caso necessário, a expedição de ofícios e demais comunicações para órgãos públicos e privados envolvidos.

IV - DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Este Alvará Judicial tem validade exclusivamente para o propósito para o qual foi expedido, não podendo ser utilizado para quaisquer outras finalidades.

V - DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ _____ para efeitos fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, _____

Local

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Requerente

Juiz de Direito

Fonte original deste documento:

<https://modelo-juris.com/alvara-judicial/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.